

Os atrativos para os bancos estrangeiros

por Reginaldo Heller

Há cerca de dez anos, ainda no auge do chamado "milagre brasileiro", quando a economia experimentou uma fase de crescimento acelerado, a primeira versão do "Rio-Dólar", um centro financeiro internacional circunscrito à cidade do Rio de Janeiro, chegou a ser discutida entre os mesmos ministros que hoje comandam a política econômica do País. O atual ministro do Planejamento, Delfim Netto, ocupava à época o Ministério da Fazenda, e o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, a presidência do Banco Central. O mercado antecipava a necessidade de maior integração do sistema financeiro nacional com o internacional, dadas as circunstâncias vislumbradas de um crescimento ímpar do comércio exterior brasileiro e a política em vigor de complementação da poupança interna com recursos externos.

A idéia foi engavetada. Razões de ordem política — seus efeitos sobre correntes de opinião nacionalistas, que determinaram a orientação pelo endividamento, em vez de investimentos estrangeiros — e econômica, como a incipiente consolidação do sistema financeiro nacional, reformulado a partir de 1965 pela lei de mercado de capitais e pela reforma bancária, foram decisivas para seu adiamento.

Há dois anos, novamente, o "Rio-Dólar" voltou a ser discutido e, pela segunda vez, afastado. Embora não existam dispositivos legais proibindo o ingresso de novos bancos estrangeiros no Brasil, uma norma não escrita adotada pelas autoridades tem impedido o acesso de muitos deles ao crescente mercado financeiro nacional. Contudo, passados dez anos, ~~o mercado financeiro nacional~~ ~~os quais a~~ economia brasileira sofreu o impacto de duas crises internacionais do petróleo e, por fim, da conseqüente deterioração das contas cambiais, a questão parece latente no dia-a-dia do empresário financeiro e das autoridades monetárias.

O interesse é ainda maior quando se tem em conta que, justamente neste período, o setor de serviços na economia apresentou altas taxas de crescimento — acima da média histórica do Produto Interno Bruto de 7% — fundadas basicamente na expansão do comércio exterior e nas operações financeiras. Os banqueiros brasileiros, aparentemente, vêm-se opondo à presença de capitais estrangeiros no mercado financeiro. Como diz seu porta-voz, o presidente da Federação Nacional dos Bancos, Theóphilo de Azeredo Santos, "é o único setor integralmente nacional da economia". Na verdade, os contornos finais desse mercado ainda não estariam estabelecidos claramente.

Os pequenos bancos procuram definir melhor seu papel na economia, e os de médio porte ainda disputam com os grandes conglomerados um lugar nesse mercado. Mesmo entre os grandes, há aqueles que procuram integrar-se com o capital estrangeiro, abrindo agências no exterior e mantendo estreitas relações com seus tradicionais parceiros estrangeiros. E outros, ainda arredios a um comprometimento maior com capitais estrangeiros, consolidam suas posições internas, embora se vinculando, cautelosamente, a grupos estrangeiros para viabilizar suas operações em outras moedas, especialmente por meio dos bancos de investimento coligados, como é exemplo o maior banco privado brasileiro, o Brasileiro de Descontos — Bradesco.

O conceito de reciprocidade adotado pelas autoridades tem limitado a presença dos bancos estrangeiros na economia brasileira. Em sete anos, eles passaram de 16 para 19, com agências funcionando no País. Enquanto isso, o número de escritórios de representação vai a mais de 300. As limitações à abertura de novas agências têm forçado a adoção de estratégias de crescimento voltadas para as grandes operações "no atacado", geralmente associadas a empresas estrangeiras. Exemplos comuns são os do Citibank e do Lar Brasileiro (este, associado ao Chase Manhattan).

Essa estratégia operacional, sem dúvida, oferece resultados promissores, bem

mais elevados que a média do mercado (19,72% de rentabilidade no primeiro semestre do ano passado, contra 15,8,9% para os bancos oficiais e privados brasileiros). Trata-se, portanto, de um mercado altamente cobijado pelos banqueiros estrangeiros, que vêem seus concorrentes auferir no Brasil lucros mais altos que em qualquer outro lugar fora da matriz, como o Citibank, o Crédit Lyonnais e outros.

Hoje, com uma dívida externa da ordem de US\$ 55 bilhões e uma necessidade anual de novos recursos, entre investimentos e diferentes linhas de crédito, da ordem de US\$ 22 bilhões, além do volume de comércio externo que, entre exportações e importações, deverá ultrapassar os US\$ 50 bilhões, parece mais difícil evitar as pressões para que os bancos estrangeiros venham ao País.

Cerca de 28 bancos, a maioria norte-americanos, mas também alemães, franceses, ingleses, suíços e japoneses, são hoje credores da maior parte da dívida externa e praticamente realizam todo o câmbio nas operações comerciais. A delicada situação cambial do País, com reservas pouco acima do limite mínimo recomendável (três meses de importações), mais um elemento a pressionar a resistência oficial. Exemplos mais conhecidos de pressão são os do banco Morgan Guaranty Trust Co., de Nova York, o quarto maior banco americano e um dos cinco maiores credores privados do País, ou o Banco de Paris e os do Pays Bas, cujas propostas de ingresso pleno no mercado brasileiro se renovam a cada ano.

Essas tentativas, porém, esbarram nas contrapressões internas, ~~de profundas~~ ~~dos mesmos segmentos de~~ ~~coloração mais fortemente~~ nacionalista, alertas para os termos de uma eventual negociação com a comunidade financeira internacional. Nos meios acadêmicos mais influentes, essa resistência é conduzida pela presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, Maria da Conceição Tavares, mas contestada por economistas da Fundação Getúlio Vargas, como Paulo Rabello de Castro e Antônio Carlos Lemgruber. Entre os próprios bancos estrangeiros, há, sem dúvida, resistências, considerando-se as tradicionais rivalidades entre os grandes grupos internacionais. Exemplo típico foi a recomendação de Heinz Riehl, vice-presidente do Citibank, para criar um "Rio-Dólar" apenas para os bancos estrangeiros em operação no País. Ou seja, uma reserva para aqueles que aqui já se encontram.

A multiplicidade de negócios e operações nas mais variadas regiões do mundo, tais como pré-financiamentos a exportações, financiamentos a importações, empréstimos em moeda, "leasing", em suas diferentes modalidades, como "leasing-back" ou "back-to-back" e, mais recentemente, o simples desconto de promissórias de exportação, tornam praticamente inevitável a presença marcante de bancos estrangeiros no País, assim como a abertura de novas agências no exterior tem propiciado aos bancos brasileiros uma rentabilidade elevada.

Apenas o Banco do Brasil, como exemplo, obteve em 1979 12% de seus lucros de suas agências no exterior. Além disso, desbravam-se novos negócios na área de "commodities", como a participação direta e ativa de corretores brasileiros nos grandes mercados de Chicago e Londres, tornando necessária a integração cada vez mais eficiente entre os sistemas financeiros.

A possibilidade de abertura no mercado financeiro interno está vinculada às negociações entre as autoridades e os bancos estrangeiros, em torno do continuado apoio destes ao esforço oficial para tirar o País da crise financeira externa e controlar a espiral inflacionária. Entretanto, como 8º produtor do mundo ocidental, o Brasil tenderá a estreitar ainda mais seus laços com o capital estrangeiro. Com a vinda dos bancos, virão, também, capitais de investimento, e, talvez, o "Rio-Dólar" já não seja suficiente para atender a todas as necessidades causadas pela crescente integração da economia brasileira com o exterior.